

# AL NOTÍCIAS



**Impresso Especial**  
95143 7 2007 DP SC  
Al FGC  
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

## Fórum do ensino superior terá encontro em Chapecó no dia 25 de abril

Fórum Permanente para Discussão da Interiorização e Expansão do Ensino Superior, presidido pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), definiu suas metas de trabalho. Entre elas, o grupo pretende garantir parte dos recursos da dívida que os estados têm com o governo federal para aplicação no ensino superior e a busca de solução para as milhares de vagas ociosas nas universidades - 40 mil somente no sistema Acafe. O assunto será tratado em encontro marcado para o dia 25, na UnoChapecó.

Página 3

## Série Cidadania é lançada pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Página 5

## Quarto secretário da Casa alerta para o desafio do combate ao desemprego

Página 4

# Estado poderá ganhar 10 novos municípios

Projetos estão engavetados há 12 anos em decorrência de emenda constitucional

Tramita no congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional (PEC), buscando devolver aos estados a competência de decidir sobre a criação de novos municí-

pios. O projeto já passou por todas as comissões do Senado e aguarda apenas a votação em plenário. Com sua aprovação, o Brasil poderá ter 629 novas emancipa-

ções. Confira quais os distritos que pedem emancipação e o que dizem o Procurador Eleitoral Carlos Antonio Fernandes de Oliveira (TRE-SC) e o presidente

da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), José Milton Scheffer (PP).

Páginas 6 e 7

## Assembléia aprova novas atribuições do Deinfra

Jonas Lemos Campos



Com o novo projeto, que ainda vai passar pela análise do governador, o órgão, que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Infra-estrutura, terá sob sua responsabilidade a infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas no Estado, bem como desenvolver a política estadual para a área. Em 90 dias, a partir da publicação da lei, o governo do Estado deverá aprovar o Regimento Interno da autarquia, regulamentando as responsabilidades do Conselho Administrativo, das Diretorias, das Consultorias e das Gerências.

Página 10

## Federação da Agricultura Familiar entrega reivindicações

Um acordo entre os líderes dos partidos permitiu que o coordenador-adjunto da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetra-Sul), Valdir Zembruski, usasse a tribuna para apresentar aos deputados uma série de demandas da entidade. Ele destacou que a agricultura familiar responde por 60% da produção agrícola catarinense e tem grande importância na preservação ambiental.

Página 10

## Sessão homenageia livro de Allan Kardec

Solon Soare

Na noite do dia 18, o Poder Legislativo, em sessão solene proposta pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (Democratas), reuniu adeptos do kardecismo para comemorar os 150 anos da obra *O Livro dos Espíritos*, que deu origem à doutrina espírita, hoje com 2 milhões de seguidores no país.



Página 3 Ato contou com a presença de lideranças políticas e religiosas

**O BRASIL EM DEBATE**

Dia 23, jornalista Caco Barcellos abre série de palestras na AL

Página 8

## OPINIÃO

## Violência sexual infantil

Ao ter acesso a dados estatísticos sobre violência sexual contra crianças, repassados por Conselhos Tutelares de dois municípios do Vale do Itajaí, fiquei alarmada diante dos números registrados.

Em Blumenau, foram registradas 21 denúncias de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Isso só no período de 1º de janeiro a 27 de março, ou seja, 86 dias. Observa-se que a cada quatro dias, um dos dois Conselhos Tutelares recebeu uma denúncia desse crime.

Em Itajaí, foram 17 denúncias registradas entre os dias 1º de janeiro a 14 de março. O mesmo índice: a cada quatro dias um crime denunciado.

E aquele crime que não é denunciado? E o crime que não é descoberto?

A violência sexual está em todas as classes sociais e atinge ambos os sexos, mas as meninas pobres e ne-

gras ainda são as maiores vítimas.

São vidas destruídas e famílias destroçadas pela interferência da vida adulta sobre o universo infantil. Meninos e meninas que acabam tristemente marcados por toda a vida.

É fato que a sociedade avançou na consciência e na organização para enfrentar a violência. Mas, infelizmente, para uma parcela significativa das pessoas e das instituições, existe uma naturalização que leva à omissão e à conivência de autoridades que deveriam agir contra este crime. A cultura está reforçada pela legislação penal brasileira que considera os crimes sexuais como crimes contra os costumes, o que favorece a impunidade.

Dados do Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil mostram que a cada ano um milhão de adolescentes são explorados sexualmente ao redor do mundo.

No Brasil, 100 mil crianças são vítimas de exploração sexual por dia e 100 delas morrem, vítimas de maus-tratos, negligência, violência física, abuso sexual e psicológico.

Sabemos que tratar a exploração sexual apenas do ponto de vista policial não resolve o problema, pois o fenômeno ultrapassa tais limites, posto que é alvo de implicações econômicas, políticas e sociais. As ações de enfrentamento exigem esforços conjugados, na forma de políticas públicas e ações privadas de médio e longo prazo.

Sugiro a mobilização e a articulação da sociedade no sentido de investir em campanhas sociais em nível estadual, regional e municipal, além de incentivar os trabalhadores nas empresas ou na comunidade em que atuam para participar das ações de enfrentamento dessa exploração.

Deputado Ana Paula Lima (PT)

## Ponte para o desenvolvimento

Após uma longa e angustiante espera, a população do extremo-Sul do nosso Estado já pode comemorar. Foi inaugurada, no dia 13 de abril, a tão sonhada ponte sobre o Rio Mampituba, ligação asfáltica que aproximará ainda mais as cidades de Passo de Torres, em Santa Catarina, e Torres, no Rio Grande do Sul.

Esta obra era reivindicada pela comunidade local, principalmente pelo lado catarinense, há mais de 50 anos. Neste período, a construção foi iniciada e interrompida inúmeras vezes. Ao longo do tempo, as justificativas para as paralisações foram as mais variadas possíveis, passando por entraves burocráticos, ambientais e de natureza política. A atuação do atual prefeito de Passo de Torres, Newton "Alemão" Bittencourt, foi decisiva para os ajustes destas arestas, o que possibilitou a continuidade efetiva da obra.

A ponte foi construída numa vitoriosa parceria entre proprietários de lotes, a prefeitura de Passo de Torres e o governo do Estado da Santa Catarina. Ela possui 120 metros de extensão e teve um custo total de R\$ 2,5 milhões. Ainda não possui nome, mas duas sugestões bastante significativas estão sendo estudadas: ponte da Integração e ponte da Amizade.

Antes da conclusão da obra, existiam três formas de ligação entre os municípios: uma balsa, que leva 5 minutos para concluir a travessia, uma ponte pênsil, que é dividida entre pedestres, motoqueiros e ciclistas, e a corajosa e demorada alternativa de enfrentar 17 quilômetros de rodovias, incluindo um trecho pela BR-101.

Em razão das dificuldades em transpor o rio, foi criada uma grande disparidade no desenvolvimento entre as duas cidades. Enquanto a gaúcha, que possui mais de 35

mil habitantes, é considerada um dos principais balneários do Estado, tendo o turismo como sua principal fonte de renda, a catarinense, com apenas 5 mil habitantes, luta contra as adversidades típicas de uma pequena cidade do interior. Esta diferença fica muito clara quando nos aproximamos de Passo de Torres, formada por construções antigas e emoldurada pelos grandes edifícios de apartamentos de Torres.

Sem dúvida, a ponte trará oportunidades para os catarinenses, que já vislumbram, num breve tempo, um incremento no desenvolvimento sócio-econômico da região, através da geração de emprego, renda e novos negócios. Com certeza, teremos Passo de Torres crescendo na mesma velocidade que o município gaúcho.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

## Livro discute exportação de jogadores brasileiros de futebol

Um lado pouco conhecido do êxodo de atletas do futebol brasileiro será mostrado no livro Futebol Exportação, dos jornalistas Claudia Silva Jacobs e Fernando Duarte. A obra será lançada nesta sexta-feira, dia 20, às 19 horas, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright. No mesmo evento também será realizada uma mesa redonda com a autora, o jornalista Carlos Eduardo Lino, da CBN e TV Com, Balduino - ex-jogador de Avaí e Figueirense e professor de Educação Física da Udesc - e Marcílio Krieger, auditor do Pleno do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

De acordo com o livro, a opção de jogar fora do país acontece desde meados dos anos 30. Nessa época, jogadores brasileiros como Fausto, Jaguaré e Anflógino Guarisi, o Filó, já participavam de times espanhóis e italianos. Mas o fluxo de jogadores que trocaram os campos brasileiros pelos estrangeiros cresceu 392% no período de 1992 a 2005. Pelo que se observa hoje em times da Europa, a seleção brasileira de futebol deverá chegar à Copa da África do Sul, em 2010, com um



time praticamente composto por jogadores que atuam no exterior.

A presença de profissionais do futebol brasileiro em equipes técnicas de seleções de outros países, como Luiz Felipe Scolari (Portugal), e Marcos Paquetá (Arábia Saudita), o retorno de jogadores que se decepcionaram e o caso do jogador Máximo, que morreu de frio e fome na Bélgica, em 1967, depois de fracassar no futebol daquele país, também serão debatidos.

## [ AGENDA ]

- **23 de abril, 9 horas:** O presidente da AL, deputado Julio Garcia (Democratas), passa o cargo à deputada Ana Paula Lima (PT)  
**Local: Gabinete da Presidência**
- **23 de abril, 9 horas:** Exposição do artista plástico Aldo José Locatelli  
**Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho**
- **23 de abril, 19 horas:** "O Brasil em Debate" – Palestra "Violência e Mídia no Brasil", com o jornalista Caco Barcellos  
**Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros**
- **25 de abril, 10 horas:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública "Redução da maioria penal e as políticas públicas para a juventude"  
**Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright**

## Mesa



**Presidente:** Julio Garcia (PFL)  
**1º Vice-Presidente:** Clésio Salvaro (PSDB)  
**2º Vice-Presidente:** Ana Paula Lima (PT)  
**1º Secretário:** Rogério Mendonça (PMDB)  
**2º Secretário:** Valmir Comin (PP)  
**3º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)  
**4º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**Assembléia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

## Diretoria de Comunicação Social



**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira  
**Edição:** Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo  
**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021  
[alnoticias@alesc.sc.gov.br](mailto:alnoticias@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaina Silveira

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

**Estagiários:** Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

## INSTITUCIONAL

# “O Livro dos Espíritos” completa 150 anos

Sessão solene reuniu adeptos da doutrina espírita para comemorar a primeira obra de Allan Kardec

A doutrina espírita, surgida na França em 18 de abril de 1857, com o lançamento da obra *O Livro dos Espíritos*, completou 150 anos. A data foi comemorada no Plenário Osni Régis da Assembléia Legislativa na noite do dia 18, com uma sessão solene, evento proposto pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (Democratas) e que reuniu adeptos do kardecismo.

O número de espíritas ultrapassa os 2 milhões de pessoas em todo o país. Santa Catarina tem 130 centros associados à Federação Espírita Catarinense (FEC). Todos seguem a principal bandeira da doutrina, a caridade, com base nos ensinamentos de Jesus Cristo.

O livro, com 1.019 perguntas e respostas, marca o início do espiritismo no mundo e foi codificado pelo pedagogo Hippolyte

Léon Denizard Rivail, mais conhecido como Allan Kardec. Traz ensinamentos sobre a existência dos espíritos e suas relações com o mundo corpóreo. O Livro dos Espíritos contém os princípios fundamentais da doutrina espírita nos aspectos científico, filosófico e religioso, transmitidos pelos próprios espíritos e selecionados e organizados por Kardec.

Entre os pronunciamentos, o de José Antonio Santiago, de 90 anos, surpreendeu pela precisão. Em nome dos pioneiros do movimento espírita catarinense, ele falou sobre Allan Kardec e sua primeira obra, considerada por ele um guia de aperfeiçoamento humano. “Somos profundamente agradecidos à Assembléia Legislativa pela possibilidade de festejarmos a vida e a obra do extraordinário homem que foi Kardec”.



Fotos Solon Soares

Em seu discurso, José Antonio Santiago, de 90 anos, classifica a obra como um guia de aperfeiçoamento humano



Grando entregou homenagem ao presidente da FEC, Gerson Tavares

## Uma obra sempre atual

Gerson Luiz Tavares, presidente da Federação Espírita Catarinense falou que, dentro do processo de evolução, o homem precisa combater sentimentos como o materialismo e o egoísmo e estar consciente e envolvido nas leis de Deus. Em nome do Poder Legislativo, ele recebeu do deputado Sérgio Grando (PPS) uma placa pela dedicação às obras sociais e pela divulgação e estudo das obras de Allan Kardec.

Em nome dos ex-presidentes da Federação, Telmo Soutomaior

afirmou que *O Livro dos Espíritos* é uma obra atual e que Kardec foi um missionário bem sucedido. “Estamos na terra num constante processo de evolução, sabendo que Deus nos criou para sermos felizes”, reiterou.

O presidente Julio Garcia disse que *O Livro dos Espíritos* é uma obra que se mantém viva há 150 anos. “A doutrina apresentada por esta obra impulsiona programas e ações de apoio, de amparo e de estudos que são desenvolvidas por entidades de caráter sério

e fraterno, como a reconhecida Federação Espírita Catarinense”. Ao encerrar a sessão, Julio Garcia disse: “A doutrina espírita revela o potencial divino e a caminhada incessante do homem rumo ao progresso. Presenteia a todos com um caminho de justiça de amor e de caridade”.

As demais obras básicas da doutrina são *Livro dos Médiuns*, *Evangelho Segundo o Espiritismo*, *O Céu e o Inferno* e *Obras Póstumas*, todos organizados por Kardec.

## Fórum do ensino superior define metas

Parlamentares estaduais e reitores de universidades catarinenses participaram, na manhã do dia 17, da terceira reunião do Fórum Permanente para Discussão da Interiorização e Expansão do Ensino Superior em Santa Catarina, realizada a pedido do deputado Serafim Venzon (PSDB). O fórum é presidido pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB).

Para o presidente do Fórum e para o proponente da reunião, os resultados foram positivos e vão contribuir para a elaboração de um documento que retrate as necessidades da população de Santa Catarina em relação ao ensino superior. A próxima etapa é levar essa mesma discussão para o interior do estado e a primeira agenda já está marcada para o dia 25, na UnoChapecó.

Participaram do encontro os deputados Joares Ponticelli (PP), Cesar Souza Júnior (Democratas), João Henrique Blasi (PMDB), Sargento Soares (PDT) e Sérgio Grando (PPS). Também estiveram presentes os presidentes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), Antonio Milioli, da Associação de Mantenedores Privados de Santa Catarina (Ampesc), Ari de Oliveira Filho, e os reitores Anselmo de Moraes, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e Eduardo Deschamps, da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Durante o encontro, os representantes das universidades ressaltaram da necessidade de um Ensino Superior de qualidade, com maiores condições de acesso, principalmente aos alunos de baixa renda.



Solon Soares

Herneus de Nadal considerou como positivos os resultados do encontro

### Propostas

- Destinar parte da dívida que o Estado tem com o governo federal para aplicação no Ensino Superior
- Venda de vagas das universidades privadas para o Governo Federal destinar a alunos carentes
- Buscar solução para as milhares de vagas ociosas nas universidades. São 40 mil somente no sistema Acafe
- Priorizar a inclusão universitária e não a abertura de mais vagas

# INSTITUCIONAL

Entrevista/Antônio Aguiar

## “Temos excelentes perspectivas para enfrentar o desafio do desemprego”

O deputado Antônio Aguiar fecha a série de entrevistas especiais com os membros da Mesa da Assembléia. Ele conta seus planos para o atual mandato e fala sobre as necessidades de sua região.

Eduardo Guedes de Oliveira



**Andréa Leonora**

**AL Notícias - Que metas o senhor tem traçadas para este mandato?**

**Antônio Aguiar** – Nossa principal meta para o Planalto Norte é a saúde. E estamos trabalhando muito para ter a ressonância magnética e o atendimento de alta complexidade em ortopedia e traumatologia no hospital de Canoinhas, além de outros investimentos somando R\$ 750 mil. Queremos o credenciamento pelo SUS para a oncologia do hospital de Porto União e uma maternidade e uma UTI para o hospital de Mafra.

**AL Notícias - Então sua prioridade está na área da saúde?**

**Antônio Aguiar** - Sempre. Mas estamos trabalhando ainda em muitas outras frentes visando, por exemplo, a recuperação econômica da região, em busca do equilíbrio social. Já conseguimos, em parceria com

o governo do Estado, levar um frigorífico para Itaiópolis e uma agroindústria para Papanduva. O plano diretor de Canoinhas prevê a construção da rodovia perimetral, com cerca de oito quilômetros, ao longo da qual as indústrias vão se instalar. Na área da Educação, teremos a inauguração do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), também em Canoinhas. Quanto à energia, lutamos pela extensão do gasoduto para abastecer a nossa emergente indústria da cerâmica vermelha.

**AL Notícias - Uma nova atividade para pôr fim à depressão econômica?**

**Antônio Aguiar** - Sem dúvida. E o potencial é enorme. Aquela região tem a melhor argila do Brasil e já estamos em contato com empresas de São Paulo que pretendem se instalar ali. Isso sem falar na possibilidade da instalação da refinaria do xisto, provavelmente por um grupo indiano que pretende investir US\$ 1,7 bilhão. Temos jazidas de

xisto betuminoso em Três Barras e Catanduvas que agora vão passar por estudos de viabilidade econômica. A expectativa é que se produza ali até 20% do total que hoje é importado da Bolívia em gás natural.

**AL Notícias - Que desafios espera enfrentar neste período?**

**Antônio Aguiar** – Sem dúvida, o maior desafio é o desemprego. Se conseguirmos efetivar todos os nossos planos nas áreas econômica e de educação, estaremos enfrentando este problema com excelentes perspectivas.

**AL Notícias - Como quarto secretário da Mesa, quais os seus planos para a função?**

**Antônio Aguiar** – A nossa principal função é fiscalizar as obras da Casa e nós temos uma grande obra para ser feita na Assembléia, que é a construção dos 40 novos gabinetes parlamentares. Os deputados precisam ter condições adequadas para receber visitantes e também para o trabalho de sua equipe. Já foi solicitado ao arquiteto da Casa o pré-projeto desta obra que pretendemos iniciar ainda em 2007.

**AL Notícias - Como o senhor avalia o tratamento dado pelo Executivo e pela Assembléia para a Reforma Administrativa?**

**Antônio Aguiar** – Nós acreditamos que foi um relacionamento muito bom, cada qual cumprindo seu papel com muita maturidade, honestidade e absoluta transparência. Houve um entendimento primoroso entre as lideranças, com destaque para o deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, levou Santa Catarina a dar mais um passo para consolidar a descentralização, um processo irreversível no governo Luiz Henrique.

**AL Notícias - Esta é uma Mesa considerada eclética. Como está sendo o trabalho?**

**Antônio Aguiar** – Neste sentido temos que ressaltar a capacidade ímpar que o presidente Julio Garcia tem para administrar a Assembléia em todas as suas nuances. Ele sempre procura a via mais democrática, do entendimento, para que cada assunto seja debatido em profundidade antes de qualquer decisão.

*“Temos que alertar a população para que saiba eleger os seus representantes. Que busquem conhecer o passado dos candidatos, sua índole e elejam representantes de fato comprometidos com a comunidade e dispostos a trabalhar muito. Com a reforma política as coisas vão mudar”*

A forma como a Mesa foi composta é uma prova disso. Neste ambiente, o trabalho flui com maturidade e consequência.

**AL Notícias - Que dificuldades o senhor enfrentou no primeiro mandato que, agora, com maior experiência, espera superar mais facilmente?**

**Antônio Aguiar** – A falta de conhecimento do Parlamento. Como médico ortopedista e cirurgião, estou acostumado a tomar decisões rápidas. Aqui no Parlamento não é assim. As coisas ocorrem em um outro ritmo. A paciência que tive que desenvolver foi o grande aprendizado que acumulei nos dois mandatos anteriores. Saber ouvir e tomar as atitudes na hora certa.

**AL Notícias - Que mensagem o senhor gostaria de deixar para os catarinenses?**

**Antônio Aguiar** – Nós temos que alertar a população para que saiba eleger os seus representantes. Que busquem conhecer seu passado, sua índole e elejam representantes de fato comprometidos com a comunidade e dispostos a trabalhar muito. Nós acreditamos que com a reforma política as coisas vão mudar. E queremos que mude para melhor.

### Saiba mais

**Idade:** 53 anos

**Natural de:** Canoinhas

**Partido:** Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

**Região do Estado que representa:** Planalto Norte

**Profissão/formação:** Médico ortopedista e cirurgião

**Legislaturas:** Em 1988 foi o vereador mais votado de Canoinhas, com 1.453 votos. Foi candidato a deputado estadual em 1998, recebendo 21.634 votos. Ficou como suplente e assumiu por um ano naquela legislatura. Em 2002, com 31.183 votos, ficou como primeiro suplente, cumprindo os dois últimos anos da legislatura passada. Nas eleições de 2006, foi eleito para a Assembléia Legislativa com 46.831 votos.

# INSTITUCIONAL

## Ada de Luca apresenta Série Cidadania em Plenário

A Série Cidadania, publicação com cinco livros contendo leis federais, foi apresentada na sessão do dia 18 à Assembléia Legislativa pela deputada Ada de Luca (PMDB), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. Os textos da coleção se referem a leis federais: Legislação de Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha e Código de Defesa do Consumidor.

A data de lançamento da série foi escolhida por ser o Dia Nacional do Livro Infantil, instituído em homenagem a Monteiro Lobato, criador da literatura infantil brasileira. Todos os deputados receberam um kit da Série Cidadania.

Ao todo, foram confeccionados 350 kits que serão distribuídos gratuitamente para escolas,



Ana Paula Lima estava presidindo a sessão e foi presenteada com um kit

bibliotecas e outras instituições públicas. Para isso, é necessário fazer uma solicitação ao gabinete da deputada Ada De Luca. Os pedidos devem ser feitos pelos

e-mails [cdgf@alesc.sc.gov.br](mailto:cdgf@alesc.sc.gov.br) ou [adadeluca@alesc.sc.gov.br](mailto:adadeluca@alesc.sc.gov.br), ou ainda na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, pelo telefone (48) 3221-2577.

cprm.gov.br/divulgação



Santa Catarina tem várias comunidades quilombolas remanescentes

## Assembléia vai participar de evento do Senado sobre quilombos

No dia 8 de maio a Comissão de Direitos Humanos do Senado vai realizar o primeiro encontro para tratar de assuntos pertinentes às comunidades quilombolas remanescentes no Brasil. A Assembléia Legislativa será representada pelo deputado Romildo Titon (PMDB), eleito, no dia 17, como presidente da Comissão Mista Temporária que vai tratar do tema "Os Quilombos e os Quilombolas em Santa Catarina".

O relator será o deputado Jor-

ginho Melo (PSDB) e os demais membros da Comissão Mista são os deputados Gelson Merísio e Onofre Agostini (Democratas), Moacir Sopelsa, Renato Hinnig e Elizeu Mattos (PMDB), Pedro Uczai (PT), Reno Caramori (PP), Dagomar Carneiro (PDT) e Clésio Salvaro (PSDB).

A Comissão Mista ainda é composta pelas Comissões de Constituição e Justiça, Tributação e Finanças, Trabalho, Administração e Serviço Público e Agricultura e Política Rural.

## Escola do Legislativo dá oportunidade para formação

As aulas do reforço pedagógico destinado aos 45 servidores do Poder Legislativo que ainda não completaram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio começaram no dia 17, na sede da Escola do Legislativo. A execução do Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – Subprograma Complementação da Educação Regular é uma parceria entre a Assembléia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, e da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal com a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, através do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). A aula inaugural contou com a presença do presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), que disse ser obrigação do órgão promover a educação continuada. "Não acredito que seja feliz aquele que não tem o acesso à educação", afirmou Ponticelli.

O diretor geral do CEJA, Maurício Koerich, enfatizou que, além de descentralizar a educação, o programa visa aumentar a autoestima dos novos estudantes. Também participaram da primeira aula o diretor geral da Alesc, Neroci da Silva Raupp, e os professores do CEJA, Jacob Detters, de Nivelamento, e Ramiro Marinho, coordenador de Projetos Externos. O curso será concluído em novembro.



## CONHEÇA O LEGISLATIVO

### COORDENADORIA DE PUBLICAÇÃO

Todos os processos legislativos e os atos administrativos da Assembléia Legislativa passam pela Coordenadoria de Publicação, subordinada à Diretoria Legislativa. Cabe à esta coordenadoria dar divulgação às informações, consideradas e tratadas como públicas. Em sua maioria, as matérias são encaminhadas à coordenadoria através do meio eletrônico. Outras vezes, são digitalizadas e arrumadas para posterior inserção no Diário da Assembléia Legislativa.

Há 15 anos a publicação é feita em forma de jornal, com impressão na gráfica da própria Assembléia. O número de exemplares por edição é definido de acordo com a demanda. As publicações também são disponibilizadas na Internet, no site do Poder, ampliando ainda mais a possibilidade de acesso por parte do público interessado.

Esse mesmo jornal, com edição quase que diária, é depois compilado na forma de Anais, em volumes, com índice onomástico sobre todas as legislaturas. Ou seja, o pronunciamento de cada parlamentar e seus apartes ficam registrados separadamente, parlamentar por parlamentar. Esse sistema de compilação facilita na hora em que tiver que ser feita uma consulta ou pesquisa. Os Anais trazem ainda as atas das audiências públicas, das sessões extraordinárias, ordinárias e solenes, da posse do governador e dos deputados, atos da Presidência e da Mesa, pronunciamentos, CPLs, atas das Comissões Permanentes, bem como o calendário de atividades, atas da Mesa, atas da Procuradoria Jurídica, decretos legislativos, mensagens governamentais, projetos, redações finais, relatórios, requerimentos, atos administrativos, termos de convênio, lotações e exonerações.

Segundo o coordenador Eder de Quadra Salgado, a equipe da Coordenadoria de Publicação é composta por nove pessoas. Ele lembra que o trabalho nem sempre foi simples como é hoje. Antigamente, todos os textos eram datilografados e, em seguida, recortados e colados em folhas de papel. Depois deste procedimento, as folhas eram enviadas à Imprensa Oficial do Estado, onde finalmente eram impressos.

### ATRIBUIÇÕES :

- Emitir relatórios das publicações e certidões;
- Revisar documentos digitados;
- Formular e elaborar o índice dos anais, para a confecção dos mesmos;
- Pesquisar documentos, facilitando as consultas internas e externas;
- Fornecer informações e dados pesquisados;
- Compor dicionário e bibliografia de documentos tramitados na coordenadoria;
- Elaborar o Diário da Assembléia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim;
- Controlar a distribuição do Diário da Assembléia Legislativa;
- Organizar os Anais de forma a disponibilizá-los no início de cada ano;
- Manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembléia Legislativa.

Fonte: Coordenadoria de Publicação

## ESPECIAL

# Com aprovação da PEC no Congresso, SC pode chegar a 304 municípios

Proposta já passou por todas as comissões do Senado e aguarda apenas a votação em plenário. Se for aprovada, o Brasil poderá chegar a 629 emancipações, o mesmo número de novos prefeitos e vice-prefeitos, e mais de quatro mil vereadores



Carlos Killian

Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, do TRE, preocupado com a ilegalidade

## Falta de Lei Complementar impede realização de plebiscitos

O Procurador Eleitoral Carlos Antonio Fernandes de Oliveira (TRE-SC) afirmou que cabe ao Tribunal executar os plebiscitos que vão colher a opinião dos eleitores de cada município sobre o projeto de emancipação em andamento. "Mas precisamos respeitar o princípio da legalidade e isto será impossível enquanto o Congresso Nacional não elaborar e aprovar a lei complementar prevista no parágrafo quarto do artigo 18 da Constituição Federal. É esta lei que vai definir em que período os plebiscitos poderão ser realizados", explicou o procurador.

Ele comentou que um município chegou a marcar a data da consulta popular. O processo não foi concluído porque o TRE entrou com um mandado de segurança impedindo a realização do plebiscito. A medida evita casos como os de Balneário Rincão e Pescaria Brava. Os processos foram aprovados pelos deputados catarinenses, mas esperam decisão de Brasília para se tornarem municípios. A decisão da emancipação não teve efeito prático porque o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a medida inconstitucional.

Fernandes de Oliveira explicou que todos os projetos de emancipação aprovados desde a Constituição de 1988 estão irregulares. "Poderão até ser aprovados posteriormente. Mas hoje, por falta da lei complementar, estão em situação irregular." O procurador disse que não há qualquer previsão para que o impasse seja solucionado e acredita que tudo depende de vontade política.

Superado o entrave e concluídos legalmente os processos

que estão em andamento na Assembleia Legislativa, o TRE-SC terá mais uma tarefa: ajustar os eleitores nos novos municípios. O Tribunal deverá proceder a transferência dos dados demográficos e estatísticos dos eleitores do município-mãe para o município emancipado. "Em alguns casos, de acordo com a redução no número de habitantes da cidade, pode até haver corte no número de vereadores", avisa. Um bom exemplo é do Distrito de Rio Maina, cuja população de quase 50 mil pessoas equivale a praticamente um terço da população de Criciúma, atual sede.

### FECAM

O presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), José Milton Scheffer (PP), prefeito de Sombrio, acredita que as emancipações são sempre positivas. Mas defende que é essencial o estabelecimento de critérios rigorosos e mecanismos seguros de avaliação desses critérios. "Em Santa Catarina, até agora, só tivemos resultados positivos. Temos notícias, no entanto, de casos de reversão do processo de emancipação ocorridos em outros estados, justamente porque não houve uma avaliação adequada", observa.

De acordo com Scheffer, a Fecam não tem qualquer participação nas decisões quanto às emancipações. O trabalho da entidade ocorre depois dessa etapa. "Oferecemos cursos e treinamentos para gestores e funcionários dos novos municípios, além de todo o suporte para que se organizem administrativa e financeiramente."

### Graziela May Pereira

Santa Catarina pode ganhar 10 novos municípios se o Congresso aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13/03, apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS), que devolve aos estados a competência para legislar sobre a criação e emancipação de municípios. Até 1996, os estados podiam legislar sobre as emancipações municipais, mas o direito foi retirado pela Emenda Constitucional 15/96, que buscou frear o "boom" de novos municípios verificado nos primeiros anos da década de 90. Até 1995, 26 municípios catarinenses foram emancipados. Destes, apenas três preenchem um dos requisitos básicos para a solicitação do pedido - ter mais de cinco mil habitantes.

Em 1990, o Brasil contava com

4.491 municípios. Em 1997, já eram 5.507 cidades, um aumento de 22,62%. Se a PEC for aprovada, o número de municípios brasileiros poderá chegar a 6.190, um salto de 11% sobre os atuais 5.561 municípios relatados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Santa Catarina, que ocupa o sexto lugar em número de cidades no país, poderá chegar a 304 municípios.

### Estrutura

A proposta já passou por todas as comissões do Senado e aguarda apenas a votação em Plenário. Se isso se confirmar, o Brasil terá 629 emancipações e, por consequência, 629 novos prefeitos, vice-prefeitos e mais de quatro mil novos vereadores.

Segundo o artigo 18 da Constituição Federal, "a criação de

municípios deve ser feita por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade".

No Estado, a Lei Complementar n.º 135/95 determina como critérios mínimos para a criação de novos municípios a população estimada nunca inferior a 5 mil habitantes, número de eleitores nunca inferior a 30% da população e centro urbano já constituído com, no mínimo, 200 casas ou prédios. Exige ainda que a nova cidade tenha condições reais de desenvolvimento, que serão avaliadas pela Assembleia Legislativa, além de memorial descritivo de estabelecimentos mercantis e industriais, unidades de ensino e hospitalares,

associações esportivas, sociais e culturais, e o número de propriedades rurais, além da indicação da localidade que será sede do novo município.

Conforme o deputado Romildo Titon (PMDB), autor da moção que será enviada ao Congresso Nacional em apoio à aprovação da PEC, alguns dos critérios que foram ignorados no passado, agora deverão ser respeitados. "É necessário que possamos resgatar o pacto federativo e devolver aos estados a competência de legislar sobre essas emancipações. É uma decisão importante para o desenvolvimento de várias regiões."

Para se ter uma idéia da complexidade do tema, atualmente, apenas três dos 10 distritos que buscam emancipação em Santa Catarina atendem ao pré-requisito de cinco mil habitantes.

## À espera da lei

- **Distrito de Estação Cocal** - Morro da Fumaça: 14.551 habitantes
- **Distrito de Itajuba** - Barra Velha: 14 mil habitantes \*
- **Distrito de Mariflor** - São José do Cedro: 13.677 habitantes
- **Distrito de Padre Réus** - São José do Cedro: 13.677 habitantes
- **Distrito de Rio Maina** - Criciúma: 170.420 habitantes
- **Distrito de Santa Lúcia** - Palmitos: 17.000 habitantes
- **Distrito de Santa Maria** - Benedito Novo: 9.071 habitantes
- **Distrito de São Cristóvão** - Três Barras: 17.200 habitantes
- **Distrito de São José do Laranjal** - Iraceminha: 4.590 habitantes
- **Distrito de São Roque** - São Lourenço d'Oeste: 19.643 habitantes

### Processos Arquivados\*\*

- **Distrito de Goio-En** - Chapecó: 155.433 habitantes
- **Distrito de Marechal Bormann** - Chapecó: 155.433 habitantes

\* aguarda plebiscito

\*\* população inferior a 5 mil habitantes



Jonas Lemos Campos

Romildo Titon defende que responsabilidade sobre o tema volte aos estados

## Emancipação promove desenvolvimento

Segundo o deputado Romildo Titon, da aprovação da PEC depende a garantia de benefícios importantes para as novas cidades catarinenses. "Essas emancipações podem representar uma melhoria de bem-estar para a população das novas áreas criadas e também para as já existentes. Todos poderão se beneficiar." Como exemplo desse impulso econômico e social, o parlamentar citou o município de Forquilha, com 21 mil habitantes, localizado no Sul do Estado.

O deputado Onofre Santo Agostini (Democratas) também é a favor da aprovação da PEC e defendeu o fato de municípios pequenos serem de mais fácil administração. "As solicitações feitas pela comunidade são resolvidas mais facilmente. Se formos estudar a situação dos municípios, poderemos ver que são os municípios médios que estão passando por dificuldades. Os grandes e os pequenos estão muito bem", argumenta.

Embora não exista estudo específico que relacione as emancipações com o desenvolvimento, diversos especialistas afirmam que

a autonomia proporciona avanços em diferentes áreas como saúde e educação. Comparando os Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHMs) entre 1991 e 2000, constata-se a evolução. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) também são apontados como grandes facilitadores. "Não há nenhum gasto a mais para o governo. O que vai acontecer é que o bolo tributário será dividido em mais partes", completou Onofre.

Já o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), é mais cauteloso em relação ao tema. "Sempre fui muito cuidadoso e procurei respeitar todos os critérios. Em emancipações passadas, procurei fazer visitas *in loco* para me certificar de que os distritos teriam reais condições de se emancipar".

Após 12 anos de emancipações paradas, o parlamentar ainda disse que se a prerrogativa de legislar sobre o assunto voltar aos estados, deve-se ter todo cuidado e atenção. "Teremos mais municípios disputando recursos."



Divulgação FECAM

José Milton Scheffer, da Fecam: nosso papel é dar suporte na organização



Solon Soares

Onofre Agostini ressalta que o bolo tributário será dividido em mais partes



## Unidades administrativas com projetos de desmembramento



Eduardo Guedes de Oliveira

João Henrique Blasi pede cuidado e absoluto respeito aos critérios

## INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Décio Góes presidiu a reunião e comemorou o fortalecimento da Casan

## Audiência pública trata de turismo, saneamento e ambiente

O secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável, Jean Kuhlmann, e o diretor de Planejamento da Casan, Cesar De Lucca, participaram da reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, realizada no dia 18. Presidida pelo deputado Décio Góes (PT), a comissão tinha em pauta assuntos como o saneamento básico no Estado, o código ambiental, as novas políticas ambientais e as novas funções da secretaria.

Kuhlmann explicou que, com a reforma administrativa, a nova denominação será Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. Ele apresentou alguns dos novos projetos da secretaria, como o Plano Estadual de Recursos Hídricos; os Comitês de Bacias Hidrográficas, fortalecidas com apoio financeiro; o Código Ambiental, que modifica a Legislação Ambiental e chegará até a Assembleia Legislativa em seis meses, conhecida como Marco Regulatório, bem como os Programas de Capacitação de Gestores Municipais na área ambiental.

O deputado Renato Hinnig (PMDB), que preside três fóruns relacionados com o desenvolvimento sustentável, aproveitou a oportunidade para convidar Kuhlmann a participar do próximo seminário do Fórum Pró-Rio Uruguai, que acontecerá em maio, no Planalto Serrano. Para ele, será a oportunidade ideal para que o secretário faça um relato sobre as ações relevantes sobre o assunto. Já o deputado Edson Piriquito (PMDB) perguntou sobre questões orçamentárias da pasta e o estabelecimento de leis que impõem barreiras na execução de loteamentos sem saneamento e pavimentação, além dos 40% de lixo reciclável que estão sendo

jogados nos aterros sanitários, causando graves problemas ambientais. Preocupado, ele trouxe para debate os problemas do Rio Camboriú, no município de Camboriú. "Todo o esgoto do município é despejado sem nenhum tratamento e depois desemboca na Praia Central de Balneário Camboriú, nosso cartão de visitas", lamentou. Segundo ele, este enfoque é pertinente à pasta, pois a capacitação, o tratamento e a distribuição da água no município não são mais realizados pela Casan, mas por uma empresa municipal.

Décio Góes lamentou que o Plano de Gerenciamento Costeiro tenha sido transferido para a Secretaria de Planejamento e sugeriu que as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) deveriam ser vinculadas às bacias hidrográficas, para facilitar a administração. A preocupação trazida pelo deputado José Natal Pereira (PSDB) foi quanto aos municípios que, através da nova legislação, obtiveram o direito de gerenciar o sistema de água. "Muitos não têm condições para isso."

### CASAN

O diretor de Planejamento da Casan, Cesar De Luca, lembrou que a estatal foi criada para implantar o saneamento no Estado. Entretanto, foi colocada como sendo a única parte do processo. "Por isto, Santa Catarina acabou ficando para trás". Segundo De Luca, com as atuais mudanças, a Casan terá que se adequar em um novo espaço, passará a ser fiscalizada pelos municípios. "Até 2002, a empresa teve uns oito balanços negativos, não foi planejada para ter resultados, portanto, não pôde fazer investimentos".

## Palestra de estréia do programa *O Brasil em Debate* tem vagas esgotadas

*Assembleia Legislativa irá instalar um telão no seu hall para atender o público excedente no encontro com o premiado jornalista Caco Barcellos*

Em apenas um dia de inscrições foram esgotadas as vagas para a palestra de estréia do programa *O Brasil em Debate*, promovido pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Os 500 lugares para o encontro com o jornalista Caco Barcellos - que no próximo dia 23, a partir das 19 horas, irá falar sobre Violência e Mídia no Brasil - foram preenchidos já no dia 12 de abril, no primeiro dia de inscrições.

Para atender o público exce-

dente, o Parlamento catarinense irá instalar cadeiras e um telão no hall da Casa, onde será transmitida ao vivo a palestra que estará ocorrendo no auditório Deputada Antonieta de Barros. "Esperávamos um interesse grande pelo evento, devido à relevância do tema e à excepcional competência do palestrante. Mas a rapidez do público em garantir seu lugar no encontro superou nossas melhores expectativas. Isso demonstra o quanto

a população está interessada em debater, buscar novos caminhos e soluções para assuntos que preocupam a todos", destaca o presidente da Assembleia, deputado Julio Garcia (Democratas).

O programa *O Brasil em Debate* promoverá encontros mensais com expoentes do pensamento nacional para discutir com a população os principais temas que preocupam o estado e o país.

SE VOCÊ QUISER FECHAR OS OLHOS PARA O ASSUNTO, VENHA AO MENOS PARA OUVIR.

VIOLÊNCIA E MÍDIA NO BRASIL  
JORNALISTA CACO BARCELLOS  
23 de abril - 19h.  
Auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
A VONTADE DOS CATARIENSES É LEI

Inscrições esgotadas.  
Haverá telão no saguão para o público excedente.

O BRASIL EM DEBATE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

## COMISSÕES

# Situação de escolas é tratada na Educação

*Precariedade de unidade de ensino de Braço do Norte motivou a participação de pais, diretora e do secretário regional de Tubarão*

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Darci de Matos (Democratas), reuniu-se no dia 18 para tratar, principalmente, da situação da Escola de Educação Básica Dom Joaquim, de Braço do Norte. A reunião contou com a presença do secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Ademir da Silva Matos, da diretora da escola, Rita Azevedo Felipe, e de representantes da Associação de Pais e Professores (APP).

De acordo com os pais, é ex-

tremamente precária a situação da unidade escolar. As reclamações vão desde falta de material pedagógico até problemas na estrutura física do prédio. Os demais membros da comissão presentes, deputados Pedro Uczai (PT), Sérgio Grandó (PPS), Silvio Dreveck (PP) e Joares Ponticelli (PP), trataram o assunto como relevante e consideraram urgente a busca por soluções para os problemas relatados.

O secretário garantiu que a instituição recebeu o material

reclamado pelos pais. "Estamos trabalhando diuturnamente para que as escolas ofereçam melhores condições de aprendizagem aos seus alunos", frisou. Segundo o secretário, o governo estadual está investindo em reformas de algumas escolas interditadas e na construção de novas unidades de ensino. Ele assumiu o compromisso de, juntamente com sua equipe, fazer um levantamento sobre a real situação da escola. O resultado será encaminhado à comissão.



Jonas Lemos Campos

Deputado Darci de Matos pediu um relatório completo sobre o real estado do prédio da EEB Dom Joaquim

## Curtas

- Vários deputados já confirmaram participação na visita que será feita às obras da BR-282, marcada para o dia 24. A intenção é avaliar o andamento das obras de recuperação da rodovia.

- A Comissão de Educação aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 20/07. De autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), o projeto estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar.

- As duas primeiras datas e temas para os debates anuais acerca da educação foram definidos: em 30 de maio, Ensino superior e financiamento da educação, e no dia 27 de junho, Qualidade da educação.

## Comissão de Trabalho volta a discutir ajuda de custo a policiais

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Onofre Agostini (Democratas), voltou a analisar o Projeto de Lei Complementar nº 5/07. De autoria do governo, o texto original veda a ajuda de custo aos servidores civis e militares integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão quando em cursos de qualquer natureza.

Durante o encontro da comissão, no dia 17, o deputado Sargento Soares, líder do PDT, apresentou emenda aditiva ao PLC, excluindo da regra os cursos de aperfeiçoamento necessários para a conquista de postos ou graduações. A proposição já foi aprovada na CCJ com a redação original.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, ressaltou que o projeto visa racio-

nalizar os dispêndios do Estado, já que elimina o pagamento de ajuda de custo, mas mantém as diárias. "A rigor, quase todos os cursos realizados já têm alguma influência em promoções", esclareceu.

### Competência

O deputado José Natal Pereira (PSDB), relator da matéria, justificou o seu parecer em acatar somente a redação original, visto que a CCJ já havia aprovado o projeto sem a emenda.

Sargento Soares afirmou que não acontece dupla remuneração para a participação em cursos e disse que não deseja o uso irresponsável de recursos públicos. "Mas é de extrema importância o investimento criterioso nos cursos necessários para o progresso na carreira".

## Campanha para o aleitamento materno

Na reunião do dia 17 a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 80/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), que inclui no calendário oficial de Santa Catarina a "Semana do Aleitamento Materno", na segunda semana do mês de maio. O projeto prevê que caberá ao governo estadual promover campanhas de esclarecimento junto à população sobre a importância do leite materno para a saúde do lactente.

Estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infân-

cia (Unicef) dão conta de que crianças amamentadas por pelo menos seis meses têm três vezes mais chances de sobreviver. Além disso, a alimentação baseada apenas no leite materno nos primeiros meses de vida reduz o risco de obesidade na fase adulta.

### Escola

A CCJ aprovou ainda o Projeto de Lei nº 57/07, que denomina Padre Humberto Waterkemper o ginásio de esportes da escola de Educação Básica Gama Rosa, no município de São Pedro de

## Pedidos de vista para quatro projetos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) concedeu quatro pedidos de vista. Ao deputado Joares Ponticelli (PP), sobre o PL nº 61/07, que dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no Estado, e o PL nº 24/07, que dispõe sobre a obrigatoriedade das construtoras a prover os imóveis com dispositivo para captação de

águas da chuva.

Ao deputado Pedro Padre Baldissera (PT), foi concedido o pedido de vistas para o PL nº 76/07, que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual, e para o PLC nº 10/07 que altera a Lei Complementar nº 281 que regulamenta o artigo 170 no que diz respeito ao repasse de recursos financeiros para as instituições de Ensino Superior.



Jonas Lemos Campos

Agostini sugeriu que o tema seja analisado pela Comissão de Finanças

Como novamente não houve consenso, o deputado Onofre Agostini sugeriu que a matéria seja encaminhada à Comissão

de Finanças para análise de sua competência, retornando posteriormente à Comissão de Trabalho.

## PLENÁRIO



Eduardo Guedes de Oliveira

Valdir Zembruski: agricultura familiar é fundamental para o equilíbrio social e a preservação ambiental

## Federação da Agricultura Familiar entrega pauta de reivindicação

O coordenador-adjunto da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetra-Sul), Valdir Zembruski, ocupou a tribuna durante a sessão do dia 18, depois de um acordo entre os líderes, para apresentar aos parlamentares a pauta de reivindicações da entidade. No fim de seu pronunciamento, ele entregou uma cópia do documento ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (Democratas).

Durante sua manifestação, Zembruski informou que a federação possui cerca de 35 mil associados e está sediada em aproximadamente 100 municípios, respondendo por 60% da produção agrícola do estado. Entre as reivindicações da entidade estão a recuperação, preservação dos recursos naturais e qualidade ambiental, com a inclusão do Programa de Seqüestro de Carbono, estabelecendo o pagamento para as famílias de agricultores pelos serviços prestados

no plantio de árvores, como uma produção de benefícios para toda a sociedade. Chama-se seqüestro de carbono a absorção do gás carbônico (CO2) presente na atmosfera pelas florestas, principalmente as, que estão em fase de crescimento.

### Marco regulatório

Zembruski citou ainda a criação do marco regulatório para a produção de suínos, aves e leite como instrumento legal para impulsionar e fortalecer o manejo agroecológico, a preservação e a recuperação dos recursos naturais, da biodiversidade e da qualidade ambiental garantindo a sustentabilidade produtiva. Também foi solicitada por ele a criação de diversos programas para auxiliar a produção dos agricultores.

A instituição de programas ou linhas de ações para a aquisição direta de alimentos da

agricultura familiar enquadrada no Pronaf, nos moldes do Plano Plurianual (PPA) nacional e que articule compensação tributária, iniciativas mercadológicas e contrapartidas do PPA nacional são metas estipuladas no Projeto de Apoio à Comercialização, também inclusa na pauta.

Os agricultores pediram ainda apoio à educação, à cultura e à formação da agricultura familiar, além de apoio à juventude, habitação rural, fortalecimento da democracia e participação social e apoio ao crédito fundiário. "A ausência de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e a desigualdade na apropriação dos resultados da produção estão na base da crise que atinge a agricultura familiar, provocando a miséria, a expulsão da agricultura e o inchaço nas cidades. Por isso, pedimos aos parlamentares que atendam nossas reivindicações."

## Deputado alerta para necessidade de discussão sobre o Plano Safra 2008

O deputado Dirceu Dresch (PT) fez um alerta, no dia 18, para a importância da discussão sobre a agricultura familiar, tendo em vista o agendamento para o início de maio das discussões sobre o plano de safra para o próximo ano. Mesmo sofrendo com as intempéries climáticas que assolaram o Estado nos últimos quatro anos, de acordo com o parlamentar, 203 mil famílias sobrevivem desta atividade em Santa Catarina, sendo que, para driblar a falta ou o excesso de



Carlos Killian

Dirceu Dresch: mais atenção

chuvas, esses pequenos agricultores, muitas vezes, recorrem às políticas públicas do governo.

O deputado destacou a capacidade que a agricultura familiar tem em gerar empregos, distribuir a renda, além de contribuir para a diversificação do uso do espaço rural, incluindo aí atividades que preservam o meio ambiente. Para Dirceu Dresch, no entanto, é preciso que o governo ofereça estratégias de desenvolvimento para essas famílias.

## Deinfra terá controle interno

O substitutivo global do deputado Marcos Vieira, líder do PSDB, ao Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 7/07, que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-estrutura – Deinfra, foi aprovado na sessão plenária do dia 17. Com o novo projeto, o órgão, que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Infra-estrutura, terá sob sua responsabilidade a infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas no estado.

O Deinfra tem como atribuições a administração, planejamento, projetos, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços de interesse do Estado, uma infra-estrutura que compreende os sistemas viários, as rodovias, as ferrovias, vias navegáveis, portos e aeroportos. Pela nova lei, o Deinfra é responsável por implementar a política estadual que se refere a todas essas atividades.

Dentre as competências do órgão estão também as de definir normas e diretrizes e especificações técnicas para estudos, planos e projetos, regulamentar e autorizar ocupações e edificações nas áreas de seu domínio, fiscalizar, controlar e administrar essas ocupações. O Deinfra responde ainda pelo controle direto ou indireto do trânsito nas rodovias sob a jurisdição do Estado, exerce poder de polícia de trânsito, realiza programas de pesquisas e participa de negociações de empréstimos com instituições públicas ou privadas, além de convênios diversos e a manutenção da memória dos transportes em Santa Catarina.

Em 90 dias, a partir da publicação da lei, o governo do Estado deverá aprovar o Regimento Interno do órgão, regulamentando as responsabilidades do Conselho Administrativo, das Diretorias, das Consultorias, das Gerências e das demais instâncias que integram o Deinfra.

Jonas Lemos Campos



Novo regimento do órgão deve ser aprovado em 90 dias

## Grando pede apoio para projeto do PPS

Carlos Killian



Sérgio Grando: CPMF partilhado

O deputado Sérgio Grando, líder do PPS, usou a tribuna no dia 19 para pedir apoio para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 23/07, de autoria do deputado federal Fernando Coruja

(PPS-SC). A PEC obriga a União a repartir com os estados e municípios os recursos arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele afirmou que a proposta prevê o repasse de 20% dos recursos arrecadados com o chamado imposto do cheque para os municípios e mais 20% para os estados. "Só no ano passado, a CPMF rendeu aos cofres federais cerca de R\$ 32 bilhões. A expectativa para 2007 é de uma arrecadação superior a R\$ 35 bilhões", observou Grando.

O parlamentar também apresentou o Projeto de Lei nº 105/07, de sua autoria, que visa destinar 10% da arrecadação com multas de trânsito aplicadas por órgãos estaduais aos hospitais filantrópicos catarinenses.

## PLENÁRIO

## Comin defende a construção da quarta ponte na Capital

O deputado Valmir Comin (PP) apresentou aos deputados documento elaborado pelas entidades de classe que congregam engenheiros, arquitetos e empresários indicando a necessidade de construção de uma quarta ponte na Capital. Trata-se de uma alternativa para o complexo viário compreendido pela Via Expressa (BR-282) e as três pontes existentes – Pedro Ivo Campos, Colombo Salles e Hercílio Luz, esta ainda interdada.

Entregue em março ao secretário estadual da Infra-estrutura, Mauro Mariani, o documento foi

assinado por quatro entidades: Conselho Regional de Engenharia,



Comin: obra é inevitável

Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina (Senge/SC), Associação Catarinense de Engenheiros (ACE) e Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF).

O estudo é muito importante, diz Valmir Comin, e faz uma análise contundente da situação, lembrando que as pontes existentes já não comportam o volume de tráfego. Engenheiros, arquitetos e empresários sugerem “ações governamentais concretas para a construção inevitável de uma quarta ponte”.

## Ana Paula denuncia caos na saúde de Blumenau

De acordo com o pronunciamento da deputada Ana Paula

Carlos Killian



Ana Paula: demanda reprimida

de Lima (PT), na sessão do dia 17, nunca houve um caos tão grande na área da saúde de Blumenau como está acontecendo agora. A deputada afirma que o município está com uma demanda reprimida de 4 mil atendimentos, devido à dispensa de médicos e outras ações que prejudicaram o serviço. “A atual administração acabou com o projeto Nascer com Saúde. As crianças não têm mais direito nem a consulta médica”, lamentou, ao fazer as denúncias embasadas em relatório apresentado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Ana Paula já havia falado so-

bre o assunto em sessão anterior, quando apresentou uma matéria veiculada em jornal da região, com o título “Justiça intervém na saúde de Blumenau”. Conforme o material, moradores de alguns bairros precisam atravessar a cidade para conseguir uma consulta em um pronto-socorro, o que resulta em superlotação dos postos. Agora, ela mostrou outra notícia sobre a morte de um mecânico de 37 anos, que não teve a devida assistência. “A saúde está um caos. Não posso ficar calada. O povo está clamando por atendimento. Temos que fazer alguma coisa”, afirmou.

## Vieira preocupado com situação do hospital de Santo Amaro

O deputado Marcos Vieira, líder do PSDB, denunciou na sessão plenária do dia 17, a “situação agonizante” em que se encontra a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, de Santo Amaro da Imperatriz, Grande Florianópolis. O parlamentar informou que o setor de emergência 24 horas já deixou de prestar atendimento à população, obrigando que os casos de urgência sejam trazidos até o Hospital Regional de São José. Há ainda o risco de desativação dos 90 leitos. “Esta notícia é muito triste. Trata-se de um hospital comunitário cuja diretoria é eleita por assembleia popular. Uma história que começou em 1950 a partir de doações dos moradores da região e muitos mutirões”, salientou o deputado.

O hospital acumula dívidas jun-

to a fornecedores e déficit mensal de cerca de R\$ 50 mil, segundo informações do diretor, Lauri Thiesen. “A situação está insustentável por conta do atraso no pagamento dos salários dos plantonistas e dos demais funcionários.” Dos cerca de 3 mil pacientes atendidos mensalmente pela unidade, 50% são de Santo Amaro da Imperatriz, 35% de Palhoça, 10% de Águas Mornas e 5% de outros municípios da região.

O deputado José Natal Pereira (PSDB), em aparte, disse que, quando vereador de São José, muitas vezes recorreu aos serviços prestados pelo hospital de Santo Amaro para sanar pequenos problemas de saúde, colocando-se à disposição na tentativa de reverter o quadro. Vieira fez um apelo ao governo

do Estado para que, através do secretário da Saúde, Dado Cherem (PSDB), e do secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina (PMDB), seja encontrada uma solução para o caso.

Eduardo Guedes de Oliveira



Vieira: déficit de R\$ 50 mil/mês

## [ GABINETES ]

### HANGAR BULÇÃO VIANNA

Os deputados aprovaram, no dia 18, a redação final do projeto de lei de autoria de Cesar Souza Júnior (Democratas) que denomina Antonio Henrique Bulcão Vianna o hangar do governo do Estado no aeroporto Internacional Hercílio Luz, localizado em Florianópolis.

De família tradicional, o ex-prefeito de Florianópolis ingressou na carreira política como presidente da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, em 1956. Entre outros cargos, foi vereador, deputado estadual por três legislaturas, além de vice-prefeito e prefeito da Capital. Bulcão Vianna faleceu dia 1º de fevereiro deste ano de parada cardíaca.

De acordo com o parlamentar, “numa época em que a ética e a transparência na política são raras, a cidade de Florianópolis e o Estado de Santa Catarina já sentem falta do ex-prefeito”. (Cármem Leite Rovira)

### ENTRONCAMENTO DA BR-282

O deputado Dirceu Dresch (PT) e lideranças do município de Saudades solicitaram ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT melhorias urgentes na ligação do distrito de Juvêncio com a BR-282. A solicitação foi feita em reunião ocorrida no dia 17, com o superintendente regional, João José dos Santos. Participaram também as vereadoras do município, Zeli Veruer Stein (PT) e Gisela Hermann (PMDB), e o vice-prefeito Celito José Werlang (PP).

O superintendente do DNIT confirmou a Dresch que irá ao município nos próximos dias para verificar junto com técnicos do Departamento e a comunidade, uma alternativa viável para o problema, garantindo mais segurança aos moradores do distrito e de quem trafega pela BR-282. Santos sinalizou que uma obra paliativa, como um trevo alemão ou a colocação de lombada eletrônica, poderá ser feita no local ainda este ano, enquanto o processo de estudo, elaboração e busca de recursos para a construção de uma rotatória estejam em andamento. (Edson Junkes)

### EPAGRI EM CURITIBANOS

A Unidade de Pesquisa da Epagri do município de Curitiba vai ser mantida e com aumento dos recursos próprios já para o terceiro trimestre de 2007. A afirmação partiu após solicitação do deputado Onofre Agostini (Democratas), do secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, e do próprio presidente da Epagri, Murilo Flores.

Onofre garante a manutenção das instalações do Campo Experimental de Curitiba e afirma que a aplicação prevista dos recursos será para investimentos mínimos necessários para a continuidade dos trabalhos realizados naquela unidade. (Jucimar José Lazare)

### FESTA DE SANTO ANTÔNIO

Uma comitiva de nove festeiras da Festa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna esteve no gabinete da deputada Ada De Luca (PMDB) convidando a parlamentar para participar do evento. A festa, uma das maiores do Sul do país, acontece de 1º a 13 de junho, na praça em frente à igreja matriz da cidade de Laguna. Durante os 13 dias de festividades, milhares de pessoas visitam o município.

A programação da festa começa com uma serenata à meia-noite de 31 de maio e durante os dias do evento celebram-se as tradicionais trezenas cantadas em latim. Na última noite, antes do dia 13, acontece a transladação, deslocamento da imagem de Santo Antônio da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes ou da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora para a Igreja Matriz. Além dos fortes laços com o município de Laguna, Ada De Luca está profundamente ligada a festa de Santo Antônio dos Anjos. “Meu avô integrou a Irmandade de Santo Antônio dos Anjos e eu fui festeira em outros anos”, comentou a deputada. (Patrícia Jacomel)

# CRIANÇAS DESAPARECIDAS



**Lucas Fernandes Monteiro**

Nascido em 14/01/97 - Desaparecido em 16/11/03  
Cidade: Almirante Tamandaré - PR



**Bruno Leal da Silva**

Nascido em 15/08/89 - Desaparecido em 10/07/99  
Cidade: Imbé - RS



**Elizane Oliveira**

Nascida em 05/02/92 - Desaparecida em 29/12/00  
Cidade: Brasília - DF



**Eliceia Silveira**

Nascida em 23/06/85 - Desaparecida em 18/03/95  
Cidade: Florianópolis - SC



**Caroline Menezes Cardoso**

Nascida em 09/12/94 - Desaparecida em 13/04/00  
Rio de Janeiro - RJ



**Isis Thawany Nascimento Pereira**

Nascida em 17/04/95 - Desaparecida em 24/09/01  
Cidade: Barra do Sul - SC



**Ranara Larrane Alves de Melo**

Nascida em 11/05/90 - Desaparecida em 25/11/01  
Cidade: Brasília - DF



**Kelly Cristina da Silva**

Nascida em 08/12/91 - Desaparecida em 09/12/97  
Cidade: Curitiba - PR



**Leonardo de Melo Silva**

Nascido em 06/02/98 - Desaparecido em 14/10/01  
Cidade: Umuarama - PR

## ORIENTAR É PREVENIR



✓ A carona ainda é o meio mais comum para o desaparecimento de crianças. Explique que, mesmo que a criança conheça a pessoa que está oferecendo a carona, só deve aceitar depois de pedir permissão.

✓ Da mesma forma, ensine às crianças que jamais aceitem doces, balas, refrigerantes ou qualquer tipo de alimento de pessoas desconhecidas. Podem conter drogas ou ser apenas um pretexto para uma aproximação.

✓ As crianças devem ser ensinadas desde pequenas a dizer seu nome completo, endereço, o nome de seus pais e o telefone de casa. Uma plaquinha de identificação presa por dentro da roupa pode ser um bom auxiliar.